

IBGE

O setor de serviços – que reúne atividades como transporte, turismo, restaurantes, salão de beleza e tecnologia da informação – fechou 2025 com crescimento de 2,8%, apesar do recuo de 0,4% na passagem de novembro para dezembro. O resultado representa o quinto ano seguido

de alta. O dado faz parte da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada ontem pelo IBGE no Rio de Janeiro. Com o despenhamento de dezembro, o setor está 0,4% abaixo do maior nível já registrado, em novembro de 2025, e 19,6% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro

de 2020). A pesquisa do IBGE apura dados sobre 166 tipos de serviços. A média móvel trimestral, que aponta a tendência mais recente de comportamento do setor, teve variação nula (0%) na comparação com o período de três meses terminados em novembro. **PÁGINA 3**

Especial

Investimentos em tecnologia no exterior ganham terreno

PÁGINA 5

CNI

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) caiu 0,3 ponto em fevereiro, passando de 48,5 para 48,2 pontos, segundo levantamento divulgado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com o resultado, o setor completa 14 meses consecutivos abaixo da linha de 50 pontos, que separa confiança da falta de confiança. Em janeiro, o indicador havia subido 0,5 ponto, aproximando-se do nível de neutralidade. **PÁGINA 2**

Itália

A Justiça italiana concluiu ontem, o julgamento sobre a extradição da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), presa em Roma, na Itália. A análise do caso ocorreu na Corte de Apelação de Roma. O resultado sairá nas próximas semanas. O julgamento não encerra o processo. Após a divulgação do resultado, a defesa de Zambelli ainda poderá recorrer à Corte de Cassação, instância mais alta do Judiciário italiano. Após essa fase, o Ministério da Justiça da Itália decidirá se autoriza a extradição. **PÁGINA 6**

SUSPEIÇÃO

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



O ministro Dias Toffoli decidiu deixar a relatoria das investigações sobre fraudes no Banco Master. A decisão foi anunciada pelo Supremo Tribunal Federal após reunião dos dez ministros da Corte. Em nota assinada por todos os magistrados do tribunal, o STF informou que não há suspeição ou impedimento de Toffoli, e que ele atendeu a todos os pedidos formulados pela Polícia Federal e pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Ao final da reunião dos ministros, perguntado do clima do encontro, Toffoli respondeu: "Excelente. Tudo unânime". O texto da nota informa que o ministro abriu mão da relatoria sem especificar o motivo. A nota ressalta apenas "o bom andamento dos processos" e "os altos interesses institucionais". Um novo relator do processo sobre a instituição de Daniel Vorcaro será escolhido por sorteio.

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi escolhido ontem novo relator do inquérito que trata das fraudes do Banco Master na Corte. A escolha do ministro foi feita de forma eletrônica após Dias Toffoli pedir para deixar a relatoria do caso, depois de a Polícia Federal (PF) ter informado ao presidente da Corte, Edson Fachin, que há menções a Toffoli em mensagens encontradas no celular do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master. **PÁGINA 7**

DESINVESTIMENTOS

REPRODUÇÃO



Os Correios iniciaram ontem o primeiro leilão de imóveis próprios. A oferta inicial abrange 21 imóveis para venda imediata, localizados em 11 estados: Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo. Os leilões de imóveis classificados como ociosos pela empresa integram a primeira etapa do plano de reestruturação financeira dos Correios. Em nota, a estatal esclareceu que as vendas dos imóveis ociosos “não trazem qualquer impacto à prestação de serviços à população.” Ao todo, a infraestrutura da empresa em todo o país conta com mais de 10.350 unidades de atendimento, considerando as agências próprias e outros pontos de atendimento de parceria. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA -0,16% / 185.943,21 / -297,94 / Volume: 28.249.010.119 / Negócios: 3.764.586											
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas					
	Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.			
ENEV3	19,82	-9,66	-2,12	BSLI3	4,27	+12,37	+0,47	SEQL3	0,710	-17,44	-0,150
RAIZ4	0,770	-8,33	-0,070	MRSASB	48,90	+9,89	+4,40	RPMG3	2,17	-15,89	-0,41
GOLL54	11,40	+0,09	+0,01	NORD3	4,90	+8,89	+0,40	RCL54	8,30	-14,43	-1,40
B3SA3	17,45	-0,96	-0,17	BRKM5	10,34	+8,27	+0,79	RVEE3	1,950	-14,10	-0,320
ITUB4	48,42	+0,23	+0,11	ETER3	4,37	+7,64	+0,31	DOTZ3	2,860	-10,90	-0,350

Bolsas no mundo		
	Fechamento	%
Dow Jones	50.188,14	+0,10
S&P 500	6.941,81	-0,33
NASDAQ Composite	23.102,474	-0,59
Nasdaq 100	25.127,637	-0,56
Euronext 100	1.802,43	-0,07
CAC 40	8.327,88	+0,06

Salário mínimo	R\$ 1.621,00	
Ufir-RJ	R\$ 4,9604	
Taxa Selic	(28/01)	15%
TR	(10/02)	0,1718%
Poupança	(10/02)	0,6727%

IGP-M	0,41% (jan.)	
IPCA-15	0,20% (jan.)	
CDI	(28/01)	14,90%
Ouro	BM&F/grama/RJ	R\$ 844,73
Euro Comercial	Compra: 6,1834	Venda: 6,1840

Euro turismo	Compra: 6,2574	Venda: 6,4374
Dólar Ptax - BC	Compra: 5,2021	+0,29%
Dólar comercial	Compra: 5,1956	Venda: 5,1962
Dólar turismo	Compra: 5,2175	Venda: 5,3975

MERCADOS

Bovespa cai 1% e retorna à linha de 187 mil pontos; dólar sobe

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após ter encostado nos 190 mil pontos no fechamento de quarta-feira da semana passada - e atingido o mesmo nível, inédito, durante a quarta-feira -, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fez uma pausa para corrigir excessos na sessão de ontem, com os investidores aproveitando a cautela externa para realizar lucros. Entre a mínima e a máxima do dia, oscilou dos 186.959,07 até os 189 989,97 pontos, encerrando em baixa de 1,02%, aos 187.766,42 pontos, com giro a R\$ 39,4 bilhões, ainda reforçado, neste quase fim de semana. No mês, acumula ganho de 3,53%, com avanço de 2,63% no intervalo entre segunda e esta quinta-feira. No ano, o Índice Bovespa (Ibovespa) sobe 16,53%.

Em Nova York, as perdas na sessão chegaram a 2,03%, no Nasdaq, que já cede cerca de 3,7% no mês com o escrutínio dos investidores sobre o Capex das empresas de tecnologia em IA, já comparados, em escala e em peso relativo, aos realizados no grande ciclo de expansão das ferrovias americanas, no século 19. Com a aversão a risco e a rotação global de ativos, e alguma redução da exposição a ações listadas nos Estados Unidos, os rendimentos dos Treasuries cederam terreno. O dia foi negativo para o petróleo, em baixa de quase 3%, em Londres e Nova York.

Na Bovespa, entre as principais blue chips, exceção ape-

nas para Banco do Brasil ON, em alta de 4,5% no fechamento. A instituição - após o balanço trimestral, da noite de quarta-feira, e da conferência sobre os resultados, ontem - conseguiu se descolar da correção observada nas ações do setor financeiro, com perdas que chegaram a 4,88% em Santander Unit, na mínima do dia no encerramento assim como Bradesco PN (-1,44%). Principal papel do segmento, Itaú PN caiu 2,29%.

Com os investidores à espera do balanço do quarto trimestre de 2025, a ser divulgado nesta quinta após o fechamento do mercado, Vale ON cedeu 0,95%. Na ponta negativa do Ibovespa, Raízen (-12,99%), Braskem (-11,27%), CSN (-9,56%) e Magazine Luiza (-8,56%). No lado oposto, Assai (+5,09%) e Ambev (+4,76%), após os resultados do quarto trimestre da fabricante de bebidas, à frente de Banco do Brasil ON na sessão.

Com o petróleo em queda ontem, Petrobras também figurou entre os destaques de baixa na sessão, na ON (-3,09%) e PN (-2,55%). "A Agência Internacional de Energia revisou estimativas e prevê que o mundo consumirá menos petróleo em 2026 do que o esperado anteriormente, o que fez o preço do barril cair no mercado internacional, impactando diretamente empresas brasileiras como Petrobras, Prio (-2,56%), PetroReconcavo (-3,36%, na mínima do dia no fechamento) e Brava (-3,09%)", aponta Luise.

Aversão a risco em NY faz dólar voltar a R\$ 5,20, após mínima desde maio 2024

CAROLINE ARAGAKI/AE

Após tocar R\$ 5,15, menor nível desde maio de 2024 pela manhã, ainda com a rotação global de carteiras e o carry trade atrativo, o dólar inverteu o sinal e passou a subir na segunda etapa do pregão. O movimento ocorreu na esteira de aversão a risco, com índices de Wall Street e Ibovespa em queda, apreciação da divisa americana ante pares fortes e emergentes, e rali dos Treasuries. Também não houve força das commodities,

com destaque para o petróleo cedendo quase 3%.

No segmento à vista, o dólar fechou em alta de 0,25%, a R\$ 5,2004, em correção vista como "natural" por operadores. Isso porque a divisa americana ainda acumula queda de 0,38% na semana, 0,9% no mês e de 5,26% no ano ante o real. Já o contrato futuro para março avançava 0,62%, a R\$ 5,230 por volta das 18h, em sintonia com o índice DXY - que mede a divisa americana contra seis moedas fortes - subindo 0,07%.

CARNES

Alckmin: governo continua aguardando resposta da China

CÍCERO COTRIM/AE

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse ontem, que o governo brasileiro continua aguardando uma resposta das autoridades chinesas a pedidos feitos para amenizar os efeitos das

cotas de exportação de carne ao gigante asiático.

A China estabeleceu que o Brasil poderia exportar 1,1 milhão de toneladas de carne para o país em 2026.

Qualquer quantidade excedente seria alvo de uma sobretarifa. No ano passado, o País exportou 1,7 milhão de toneladas.

CNI

Confiança da indústria recua pelo 14º mês consecutivo

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) caiu 0,3 ponto em fevereiro, passando de 48,5 para 48,2 pontos, segundo levantamento divulgado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com o resultado, o setor completa 14 meses consecutivos abaixo da linha de 50 pontos, que separa confiança da falta de confiança.

Em janeiro, o indicador havia subido 0,5 ponto, aproximando-se do nível de neutralidade. O novo recuo ocorre após o Banco Central fixar a taxa básica de juros, a Selic, em 15% ao ano, nível

que mantém o Brasil entre os países com maiores juros reais do mundo.

Para a CNI, o ambiente de juros elevados impacta tanto o crédito quanto as expectativas dos empresários. "O patamar elevado das taxas de juros afeta a atividade industrial de algumas formas. Uma delas é por meio do encarecimento do crédito, tanto para empresários quanto para os consumidores. Isso desacelera a atividade econômica", afirma, em nota, Larissa Nocko, especialista em políticas e indústria da entidade.

Segundo ela, a política monetária restritiva também influencia as projeções para os próximos

meses. "Diante de uma política monetária mais apertada, os empresários tendem a projetar o enfraquecimento da economia lá na frente, impactando a projeção de demanda deles", acrescenta.

CONDIÇÕES ATUAIS

Os dois componentes do ICEI registraram queda em fevereiro. O Índice de Condições Atuais recuou 0,2 ponto, para 43,8 pontos, indicando que os industriais avaliam que tanto a economia brasileira quanto os próprios negócios estão piores do que há seis meses.

A piora foi puxada principalmente por uma percepção mais negativa sobre a situação das

próprias empresas, apesar de leve melhora na avaliação do cenário econômico geral.

Já o Índice de Expectativas caiu de 50,7 para 50,4 pontos. Embora permaneça acima da linha divisória de 50 pontos, o que indica perspectivas positivas para os próximos seis meses, houve deterioração nas projeções do desempenho das empresas. A piora, ressalta a CNI, ocorre mesmo com melhora nas expectativas em relação à economia para o mesmo período.

A pesquisa ouviu 1.103 empresas entre os dias 2 e 6 de fevereiro de 2026. Desse total, 454 são pequenas, 400 médias e 249 grandes indústrias.

PERSPECTIVA

Banco do Brasil projeta 2026 como ano 'bastante' desafiador

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Após fechar 2025 com lucro de R\$ 20,68 bilhões, o Banco do Brasil espera por um ano bastante "desafiador" em 2026.

"O ano de 2025 foi desafiador e 2026 será desafiador. Mas será desafiador dentro de um desafio que já aprendemos como fazer", disse Tarciana Medeiros (foto), presidente-executiva da instituição, durante uma teleconferência realizada com analistas, ontem, para apresentação dos resultados do banco.

Depois, em entrevista, a presidente do Banco do Brasil voltou a falar sobre esses desafios, que começaram a ser enfrentados em 2025, com a alta inadimplência do agronegócio.

"A gente vinha de dois anos de recordes históricos de resultados. Mas 2025 foi um ano desafiador que apresentou uma redução de resultado em relação ao ano anterior, que tinha sido o maior resultado da história do Banco do Brasil. Nós tivemos um comportamento atípico em relação ao agro. A inadimplência do agro em 2025 cresceu em torno de 500% em relação à média histórica", disse ela.

REGRAS CONTÁBEIS

Na noite de quarta-feira, o banco divulgou que teve lucro líquido ajustado de R\$ 20,685 bilhões em 2025, queda de 45,4% em relação a 2024. As novas regras contábeis e o aumento da inadimplência, principalmente do agronegócio, segundo a instituição, tiveram influência sobre esse resultado. Já para 2026, o banco projeta um certo crescimento, com um lucro líquido



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

ajustado entre R\$ 22 bilhões e R\$ 26 bilhões.

Uma das estratégias para o ano é liderar o segmento de consignado para o funcionalismo público e aumentar sua participação no consignado para o trabalhador do setor privado.

"Temos conhecimento histórico e uma habilidade histórica sobre o crédito consignado: a gente opera desde o dia que a linha foi lançada. Então, vamos buscar reforçar ainda mais a liderança do banco no crédito consignado", ressaltou a presidente do BB.

FGC

Na última terça-feira, o conselho do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) aprovou um plano emergencial para recompor o caixa após o impacto financeiro provocado pela liquidação do Banco

Master. A medida foi tomada para que o fundo - mantido pelas instituições financeiras para cobrir eventuais quebras e liquidações - tenha liquidez compatível com os riscos do sistema financeiro.

APORTE ANTECIPADO

Para recompor esse fundo, a diretoria do Banco do Brasil afirmou hoje que vai fazer um aporte antecipado de R\$ 5 bilhões para recapitalizar o FGC. Para cobrir o rombo provocado pelo Banco Master, já que o fundo precisou ser utilizado para cobrir os clientes atingidos pela liquidação do Master, os bancos decidiram adiantar o equivalente a cinco anos de contribuições futuras ao FGC.

O Banco do Brasil contribui anualmente com cerca de R\$ 1 bilhão para o FGC, valor que agora será antecipado em cinco

anos. Segundo o vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores do Banco do Brasil, Geovanne Tobias, essa antecipação terá apenas um efeito de caixa para o banco, com o dinheiro saindo da tesouraria e indo para o FGC.

CONTRIBUIÇÃO

Além desse aporte antecipado, disse Tobias, o banco vai fazer uma contribuição extraordinária de 50% desse valor, o equivalente a cerca de R\$ 500 milhões por ano. "Vou aumentar em R\$ 450 milhões a R\$ 500 milhões a mais nas minhas despesas financeiras para contribuir extraordinariamente para o FGC", afirmou o executivo do BB.

"É importante ter um FGC sólido, mas estamos abrindo mão de receitas e o regulador está ciente disso", argumentou.

Para a presidente do Banco do Brasil, o FGC é um seguro para proteger o investidor, mas ele não pode ser "usado como argumento de venda [de ativos]".

"Eu acho que 2025 e tudo o que ocorreu nesse ano trazem muitos aprendizados para o ajuste da legislação e para o ajuste da regulação, se for o caso", disse ela.

"Nesse instante em que a gente identificou, o mercado identificou e o próprio regulador identificou falhas de um dos players, a gente precisa verificar exatamente quais foram essas falhas porque elas ocorreram e buscar corrigi-las. Então, acredito que é preciso muito diálogo entre os agentes nesse processo para que se chegue aos ajustes necessários para que isso não ocorra novamente", finalizou.

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ENVENENAMENTO

Polícia de SP indicia sócios de academia onde mulher morreu

CAIO POSSATI

A Polícia Civil indiciou por homicídio ontem, os três sócios da academia C4 Gym, localizada na região de São Lucas, zona leste de São Paulo. No último sábado, a professora Juliana Bassetto, de 27 anos, morreu depois de passar mal durante uma aula de natação no local.

A suspeita é que ela tenha entrado em contato com gases tóxicos gerados por produtos químicos usados para a limpeza da piscina. Outras quatro pessoas, que também frequentaram a mesma atividade, estão hospitalizadas.

Os proprietários da academia, os sócios Cesar Bertolo Cruz, Celso Bertolo Cruz e Cezar Miquelof Terração, que ainda não tinham se manifestado sobre o caso, prestaram depoimento à polícia nesta quarta. A reportagem busca contato com a defesa. O espaço segue aberto.

No pedido de indiciamento, encaminhado ao Ministério Público de São Paulo, o delegado Alexandre Bento, do 42º DP (São Lucas), cita que os sócios foram displicentes no atendimento às vítimas e que ainda teriam tentado dificultar as investigações do caso.

"No mesmo momento em que os médicos declaravam o óbito de Juliana em um hospital no ABC Paulista, um dos sócios orientava um funcionário a comparecer à empresa a fim de tentar dissipar os gases e descaracterizar a cena do crime", diz o delegado.

O responsável por fazer a mistura de produtos para a limpeza da piscina era o funcionário Severino Silva, de 43 anos, que não tem formação técnica para a função. Na terça, 10, ele informou aos investigadores que era orientado pelos donos do local quanto à mistura e dosagem, via mensagens de celular.

A polícia aguarda o laudo necroscópico da professora, além dos laudos pericial realizado na academia e químico das amostras da água e dos produtos utilizados por Severino, para confirmar as causas da morte da professora e das internações das demais vítimas.

A principal linha de investigação é que o cloro pode ter sido misturado com outro cloro de tipo ou marca diferente ou, então, com algum produto químico inadequado. Nos dois casos, há a possibilidade de a mistura gerar uma reação química tóxica.

"Os relatos colhidos indicam a inadequação na utilização de cloro em quantidades excessivas, por pessoas sem habilitação profissional ou conhecimento técnico, empregada de

forma consciente e deliberada pelos sócios da empresa C4 Gym, visando exclusivamente à vantagem financeira (lucro)", cita Henrique Bento.

O delegado afirma ainda que, ao tomarem conhecimento sobre os acontecimentos, os sócios "nada fizeram pelas vítimas" e teriam demonstrado "completa impassividade".

"Pelo contrário, buscaram preservar a empresa e dificultar as investigações, na medida em que simplesmente orientaram os funcionários a fecharem a empresa e deixarem o local", afirma.

"Entendendo que os investigados, pelos motivos acima expostos, assumiram o risco do resultado morte, ao dispensarem o auxílio de profissional com habilitação e capacidade técnica, por egoísmo e ganância, visando apenas e tão somente à redução dos custos", acrescentou Alexandre Bento.

INQUÉRITO

Na última terça passada, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) informou que instaurou um inquérito civil para investigar a rede de academias C4 Gym, que possui franquias espalhadas por São Paulo.

O inquérito civil foi aberto pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, com o objetivo de apurar se as franquias da rede operam sem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). O AVCB é um documento que atesta que uma edificação possui as condições de segurança contra incêndio e pânico exigidas por lei.

O promotor Marcus Vinicius Monteiro dos Santos determina que a academia apresente uma relação completa das unidades em funcionamento (endereço, identificação dos franqueados), detalhes de como os contratos de franquia são firmados, além de informações sobre eventuais irregularidades.

"Segundo informações preliminares constantes da portaria, a empresa opera por meio de sistema de franquias, havendo indícios de que algumas unidades funcionariam sem o devido AVCB", informou a promotoria em nota.

Depois do episódio, a Subprefeitura de Vila Prudente interditou a academia C4 Gym devido a uma "situação precária de segurança" e também pela ausência do Auto de Licença de Funcionamento, o alvará, uma vez que o estabelecimento possui dois CNPJs vinculados à atividade exercida no endereço. "É uma situação nebulosa. Há dois CNPJs no local. Um apresenta e o outro não", disse o delegado Alexandre Bento.

ESCOLA CÍVICO-MILITAR

MP pede que Justiça proíba PMs de darem aulas em SP

ÍTALO LO RE/AE

O Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo solicitaram, por meio de ação judicial, que o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) suspenda a aplicação de regras criadas para as escolas cívico-militares, implementadas em ao menos 100 unidades a partir do começo do mês.

A informação foi publicada inicialmente pelo jornal Folha de S.Paulo e confirmada pela reportagem do Estadão.

Na ação judicial, à qual o Estadão teve acesso, os órgãos pedem que a Justiça proíba que monitores militares ministrem aulas ou o conteúdo dos projetos que lhe forem incumbidos dentro das salas de aula, "restabelecendo a autonomia e controle de classes aos professores".

Entre outros pontos, requebrem também que, em caráter liminar, não haja restrições relacionadas a cortes de cabelo e que os militares sejam proibidos de integrar conselhos de classe, diante do que descrevem como falta de previsão legal e "afronta" a parecer do Conselho Estadual de Educação.

Os órgãos argumentam que, inserindo militares nesse contexto, a Secretaria de Educação esvazia de atribuições o conselho e retira autonomia da organização administrativa e pedagógica das escolas, em "clara afronta ao dispositivo legal."

Para os promotores e defensores públicos que assinam a ação, o Regimento Interno do Programa Escolas Cívico-Militares do Estado é um "documento elaborado em gabinete, sem qualquer participação e/ou res-



LULA MARQUES/ABRASIL

pensabilidade das comunidades escolares afetadas e/ou do Conselho Estadual de Educação de São Paulo".

O documento é de autoria de promotores do Grupo de Atuação Especial de Educação, do MP-SP, e de membros do Núcleo Especializado de Infância e Juventude, da Defensoria Pública.

Em nota, a Defensoria defende que o objetivo da ação "é assegurar a observância do princípio da gestão democrática do ensino e a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes". "O tema segue sob apreciação do Poder Judiciário, e o NEIJ (Núcleo Especializado da Infância e Juventude) continuará acompanhando o caso", afirma.

'DESCANÇAR'

Além de outros elementos, a ação judicial cita notícia veiculada no começo do mês que retratou dois monitores militares ministrando atividade em sala de aula na Escola Estadual Prof.^a Luciana Damas Bezerra, em Caçapava, no Vale do Paraíba, interior do Estado.

"Das três palavras escritas pelo monitor militar durante a aula para a instrução dos estudantes, duas foram grafadas erroneamente ("descançar" ao invés de descansar; "continêcia" ao invés de continência)", cita o documento. A correção, continuam, só foi feita após intervenção de profissionais da educação.

Conforme a ação, o "vergonhoso episódio é mencionado

apenas para demonstrar que, já em seu início, os monitores militares desenvolvem e desenvolverão atividades instrutórias diretamente com estudantes e em salas de aula, descumprindo as diretrizes da lei complementar e da resolução que a regulamentam".

Em entrevista à Rede Vanguarda, afiliada da TV Globo, Tarcísio de Freitas defendeu o monitor da escola cívico-militar de Caçapava. "Quem não erra? Você trabalha com comunicação, você nunca errou? Ele (monitor militar) estava ensinando a ordem unida. Ele não está lá para dar aula. Ele não vai interferir em pedagogia. Ele está lá para ensinar postura", afirmou Tarcísio.

DARK TRADER

Polícia mira máfia chinesa que lavou R\$ 1 bilhão do PCC

FELIPE DE PAULA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Civil de São Paulo e o Ministério Público do Estado deflagraram ontem, a Operação Dark Trader para desarticular um sofisticado esquema de lavagem de dinheiro e ocultação empresarial envolvendo uma organização criminosa chinesa que, segundo a investigação, movimentou ao menos R\$ 1,1 bilhão em apenas sete meses para o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Foram às ruas 100 policiais, dois promotores do Grupo de

Atuação Especial de Persecução Patrimonial (GAEEP), além de 20 auditores fiscais da Fazenda estadual, que cumpriram três mandados de prisão e 20 buscas e apreensões em São Paulo e Santa Catarina.

As investigações apontam que a organização chinesa utilizava um complexo sistema de desvio de fluxo financeiro para ocultar receitas do mercado de eletrônicos na capital paulista, de onde enviava mercadorias para todo o País.

Para os promotores, as vendas de eletrônicos eram feitas por uma empresa principal, mas

o valor pago pelos clientes não ia para ela. O dinheiro era transferido para companhias de fachada, criadas apenas para receber e repassar os recursos ao crime organizado. As notas fiscais dos produtos eram emitidas por outras empresas, diferentes das que vendiam os eletrônicos, para dificultar o rastreamento das transações.

"O grupo utilizava pessoas com histórico criminal ligado a facções criminosas, que atuava como sócio de fachada e beneficiário de imóveis de alto valor", comunicou o MP sobre a operação.

O GAEEP - especialistas em identificar patrimônio escondido pelo crime organizado - conseguiu na Justiça o bloqueio de até R\$ 1,1 bilhão ligados ao esquema. Até agora, já foram identificados e tornados indisponíveis ao menos R\$ 25 milhões em imóveis de luxo, veículos, dezenas de contas bancárias em nome de 'laranjas' e aplicações financeiras.

"A operação comprovou uma sistemática confusão patrimonial com o objetivo de fraudar o fisco, credores e o sistema judiciário", informou a Polícia Civil.

CRIME SEM CASTIGO

Corregedoria da Polícia faz operação contra policiais suspeitos de corrupção

A Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo, com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) fizeram ontem, uma operação que investiga o suposto envolvimento de policiais civis na prática de crimes.

Foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão em residências, empresas e unidades policiais na manhã de ontem. Os agentes apreenderam documentos, aparelhos eletrônicos e "outros materiais de interesse da investigação", de acordo com a Se-

cretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Em nota, a Polícia Civil de São Paulo diz que "reafirma seu compromisso com a legalidade, a transparência institucional e o combate rigoroso à desvios de conduta, destacando que todas as responsabilidades serão apuradas e penalizadas, com observância do devido processo legal".

De acordo o G1, policiais teriam usado suas funções para obter informações privilegiadas em sistemas da corporação e assediado delegados responsáveis por investigações disciplinares

A investigação, que corre sob sigilo, tem como base informações colhidas pelo Ministério Público de São Paulo e uma força-tarefa de combate ao crime organizado integrada pela Polícia Federal, em setembro de 2024, em uma operação para prender narcotraficantes que supostamente pagaram propina de R\$ 800 mil a investigadores da Polícia Civil para arquivar uma investigação sobre uma quadrilha que envia cocaína à Europa.

À época, segundo a Promotoria, os criminosos ainda bancaram uma espécie de mensalinho

aos policiais, em valores ainda sob investigação, entre 2020 e 2021. Os pagamentos teriam sido intermediados pelos advogados dos narcotraficantes e levaram os investigadores a enterrar um inquérito que tramitava no Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico.

A investigação mirou supostos crimes de corrupção ativa e passiva, além de lavagem de dinheiro. Segundo a PF, os narcotraficantes, os policiais e laranjas a eles associados teriam ocultado os valores de origem ilícita.

ELEIÇÕES 2026

Tarcísio descarta favorito para vaga de vice em sua chapa

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem, que "não há favorito" para compor sua chapa como vice-governador nas eleições deste ano. A vaga virou foco de articulação entre partidos que integram a base aliada no Estado.

O posto é ocupado hoje por Felício Ramuth (PSD), que trabalha para permanecer na função. Nos bastidores, há conversas de que ele pode avaliar uma mudança de partido caso entenda que perdeu espaço dentro da própria legenda.

No próprio PSD, o presidente nacional da sigla e secretário de Governo do Estado, Gilberto Kassab, trabalha

para ele próprio seja o nome para a vice de Tarcísio. O MDB, porém, também tem interesse na posição. Na segunda-feira, 9, Baleia Rossi esteve no Palácio dos Bandeirantes para discutir a composição.

Enquanto isso, o PL pressiona para indicar o presidente da Assembleia Legislativa, André do Prado, movimento respaldado pelo dirigente nacional do partido, Valdemar Costa Neto.

"É normal que os partidos que nos acompanham façam pleitos por essa vaga, por uma chapa majoritária", disse Tarcísio em coletiva de imprensa após evento de liberação de recursos para infraestrutura no município de Guarulhos (SP).

VERÃO: Sol com poucas nuvens. Não chove.

CRIME SEM CASTIGO

Defensoria deve recorrer da ‘absolvição’ de PMs

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro estuda recorrer da decisão que absolveu na quarta-feira passada dois policiais militares da acusação de homicídio qualificado do adolescente de 13 anos Thiago Menezes Flausino. O crime ocorreu em agosto de 2023, na Cidade de Deus, zona sudoeste da cidade do Rio de Janeiro. A informação é do defensor público André Castro, que atuou como assistente da acusação no julgamento.

"Diante do conjunto probatório, que nos parece robusto, respeitando, naturalmente, a decisão da maioria dos jurados, [existe] a possibilidade de um recurso", disse o defensor, em entrevista à Rádio Nacional.

"O sentimento da família [representada pela Defensoria Pública do Rio] é de que a verdade ainda não prevaleceu", explicou em entrevista ao programa Revista Rio.

Castro destacou a atuação da família de Thiago no caso, que se mobilizou logo após o ocorrido, organizou manifestações e "chamou atenção das autoridades" de justiça.

O defensor lamentou, por outro lado, a estratégia de defesa dos policiais, de legítima defesa, mesmo não havendo confronto.

Na avaliação do defensor, para conseguir absolver os PMs, os advogados buscaram transformar o garoto de 13 anos, a vítima, em um traficante de drogas. Ele classificou a tese da defesa como "inadmissível".

"Foi uma tentativa, realmente, muito forte, de passar a maior parte dos debates tentando colar no Thiago a imagem de alguém que pudesse ter alguma associação com o tráfico [de drogas]", avaliou o defensor. A defesa, no plenário, exibiu fotos do jovem supostamente segurando armas, com símbolos de facção ou em alusão à cultura do gênero musical trap.

O defensor alega, entretanto, que o fato de haver fotos de Thiago portando armas não o transformam em bandido. "Entre os adolescentes, no estado do Rio, há um fascínio pela arma, pela violência, mas, entre as provas, não havia nada que indicasse envolvimento dele [com o tráfico]", disse. Em qualquer cenário, acrescentou, uma pessoa não pode ser morta por fotos de seu celular.

"Uma situação de legítima

defesa precisa ser demonstrada", frisou.

Castro explicou, no entanto, que, entre as provas não havia "nada de concreto de que [o menino] pudesse estar armado ou resistido" a uma abordagem. "Não teve nem possibilidade de resistência, porque como os vídeos e a perícia técnica demonstram, nem ordem de parada teve. Os policiais saem do carro e atiram nele".

O caso ganhou repercussão depois que a família de Thiago Flausino buscou comprovar a inocência do adolescente. Além de testemunhas, eles buscaram as câmeras dos estabelecimentos comerciais que pudessem esclarecer os fatos. Apesar de o momento exato da ação não ter sido gravado, os elementos, segundo a acusação, ajudaram a demonstrar que a vítima não estava armada, por exemplo.

"Houve um trabalho de apuração muito sério por parte dos órgãos públicos, do Ministério Público, da Polícia Civil e que resultou em dois processos criminais", disse Castro.

PROCESSO

Além de acusados de assassinato de Thiago e de tentativa de assassinato de Marcos Vinicius

de Sousa Queiroz, atingido na mão, os policiais respondem por fraude processual na Auditoria da Justiça Militar.

No curso do processo, vários agentes mentiram em depoimento e depois precisaram alterar a versão dos fatos para confirmar o uso de um carro particular na ação, em vez de um veículo da polícia com sirene, por exemplo. Há norma, no entanto, da Secretaria de Segurança que proíbe o uso de veículos particulares em abordagens policiais.

A defesa dos PMs também sustentou, no julgamento, que Thiago portava uma pistola, com a qual teria disparado contra os policiais. Segundo o Ministério Público, a perícia não identificou nenhum cartucho dessa arma nem buraco de tiro deixado pelos tiros. "A prova é apenas a palavra de um dos policiais", destacou André.

Com a possibilidade do recurso, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro quer reparar também, segundo Castro, a honra do menino e de sua família. "Para eles, sem dúvida, foi muito delicado acompanhar o plenário", avaliou, pelo ataque à memória e dignidade do adolescente.

Anistia fica indignada com absolvição de PMs que assassinaram adolescente

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

A organização de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional (AI) divulgou nota na madrugada desta quinta-feira manifestando indignação com a absolvição de dois policiais militares acusados de matar o adolescente Thiago Menezes Flausino, aos 13 anos, com tiros de fuzil. O crime ocorreu em agosto de 2023, na Cidade de Deus, zona sudoeste do Rio de Janeiro.

A organização também condenou o desvio do foco, durante o julgamento, ao tratar Thiago como criminoso em vez de vítima da violência policial:

"Em vez de se concentrar nas circunstâncias da morte e na conduta dos acusados, houve reiteradas tentativas de questionar a vida e a memória de Thiago, associando sua imagem à criminalidade como forma de justificar sua execução."

"Questionar a trajetória de Thiago não contribui para a Justiça; ao contrário, perpetua a violência e atinge seu direito à memória e à dignidade", completa a nota.

Na noite de quarta-feira passada, os jurados decidiram, por maioria, absolver Aslan Wagner Ribeiro de Faria e Diego Pereira Leal que à época do crime serviam no Batalhão de Choque.

"A absolvição dos policiais militares representa uma derrota na luta por justiça, memória e reparação", diz a ONG, ao manifestar solidariedade com a família de Thiago.

Para a Anistia Internacional, a história de Thiago é o retrato de uma realidade que atinge de forma desproporcional crianças e jovens negros no país, em um contexto de política de segurança pública marcado por "práticas violentas e racistas".

"É urgente interromper a lógica de militarização e a narrativa de 'guerra às drogas', além de garantir a responsabilização criminal, administrativa e cível de todos os agentes do Estado envolvidos em operações letais."

rias manifestações de amigos e familiares foram feitas em homenagem ao menino no Rio de Janeiro.

Na nota, a organização de direitos humanos amplia o debate sobre a violência policial ao reforçar o compromisso que tem com movimentos de mães de vítimas da violência do Estado em todo país.

"A dor de ver a trajetória de seus filhos atacada é uma constante para mulheres negras moradoras de territórios vulnerabilizados pela violência policial e mães de vítimas da violência do Estado."

DEFENSORES

Além da Anistia Internacional, defensores dos direitos humanos e a família de Thiago se pronunciaram condenando a decisão do júri e a estratégia de defesa dos policiais.

A tia da vítima, Ana Cláudia Oliveira, em vídeo ao lado dos pais do menino, ao deixar o tribunal de justiça, lamentou a decisão e apontou racismo no judiciário por permitir a absolvição. "Mais uma vez saímos com certeza de que a Justiça não é feita para a gente", desabafou.

"Thiago era só um menino de 13 anos, cheio de sonhos e o que a gente viu aqui não foi o julgamento dos policiais, mas do Thiago. Ele foi julgado e executado lá, e aqui, novamente, ele foi julgado e condenado", frisou Ana. "Nós temos um alvo mas costas".

O coordenador da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (Raave), o advogado Guilherme Pimental Braga, também avaliou que o julgamento foi marcado por difamação, calúnia e criminalização dos adolescentes de favela para justificar o crime contra Thiago.

"Usaram fake news e fotos em narrativas que não condizem com os fatos, inclusive, com apoio de instrumentos e influencers de redes sociais, como forma de 'queimar' o Thiago, com a tentativa de inverter o real julgamento".

A ativista Mônica Cunha, uma das fundadoras do Movimento Moleque, que apoia famílias de vítimas de violência do Estado, também usou as redes para questionar o júri. Ela alertou para o fato de que, por várias vezes, os policiais acusados de matar jovens em favelas tem vasta ficha criminal. "Mais um grupo de policiais absolvidos por um sistema que condena a vítima e deixa na rua agentes assassinos para cometer novos crimes", refletiu.

Mônica fazia referência, por exemplo, ao caso da menina Ágatha Félix, de 8 anos. O policial militar acusado de matar a menina com um tiro de fuzil, em 2019, também foi absolvido pelo Tribunal do Júri do Rio. Ágatha voltava para casa junto com a mãe quando foi atingida.

Em depoimento, os policiais do caso, que, assim como no caso de Thiago mentiram nas primeiras versões, disseram ter reagido a disparos feitos por uma moto, apesar de a versão ser contestada pela acusação.

Investimentos em tecnologia no exterior ganham terreno entre brasileiros em meio à busca por retorno e diversificação

POR BÁRBARA SOUZA

Um movimento cada vez mais comum entre os investidores brasileiros é a alocação expressiva em ações de empresas de tecnologia listadas nos Estados Unidos, combinada com uma crescente procura por fundos que replicam o desempenho de metais preciosos. Essa tendência reflete não apenas a busca por retornos superiores aos oferecidos pelos mercados domésticos, mas também um esforço de diversificação frente às incertezas macroeconômicas e à volatilidade que tem marcado os ativos tradicionais.

Nos últimos trimestres, plataformas de investimento que facilitam o acesso ao mercado americano têm registrado recordes de negociação de papéis de “tech” por brasileiros. Gigantes como Apple, Microsoft, Amazon e Nvidia figuram entre os ativos mais procurados, impulsionadas pela forte adoção de inteligência artificial, computação em nuvem e digitalização de serviços. Esses nomes costumam compor os principais índices da bolsa norte-americana, como o Nasdaq 100 e o S&P 500, e frequentemente são negociados também via ETFs que replicam esses benchmarks. Observar essa preferência tem sido comum entre relatórios de corretoras focadas em clientes que investem no exterior.

A tecnologia, historicamente um dos setores mais dinâmicos do mercado acionário global, tem atraído capital não apenas pelo potencial de crescimento dos lucros, mas também pela sua resiliência relative em ciclos econômicos distintos. Em 2026, as ações de tecnologia têm desempenhado papel central na recuperação dos principais índices de Wall Street, mesmo sob pressões macroeconômicas. Estudos recentes mostram que empresas do setor programaram bilhões em gastos com inteligência artificial e infraestrutura digital, reforçando a narrativa de

longo prazo que muitos investidores brasileiros procuram capturar.

Por outro lado, a mesma fase de mercado que impulsiona a tecnologia também estimula a procura por ativos alternativos, como ETFs de metais preciosos, fundos que permitem comprar cotações vinculadas a ouro, prata e outros recursos. Esses fundos são uma forma prática de se expor a commodities sem adquirir o metal fisicamente, combinando características de diversificação com proteção em períodos de instabilidade. A própria estrutura dos ETFs, um tipo de fundo de índice negociado em bolsa, possibilita que investidores negociem esses ativos com custos relativamente baixos e com liquidez semelhante à de ações tradicionais.

O interesse por metais preciosos, em especial ouro e prata, costuma aumentar justamente em momentos em que as perspectivas econômicas são incertas ou o dólar oscila. No início de 2026, por exemplo, o ouro atingiu níveis históricos próximos de US\$ 4.800 por onça-troy, impulsionado por tensões geopolíticas e fluxos de capital em busca de segurança. Esse ambiente levou muitos investidores a reforçar suas posições em fundos de metais, como estratégia de hedge contra volatilidade de mercado.

No entanto, a alocação em tecnologia e metais não é isenta de risco. A preferência por ações de “tech” pode expor o investidor a flutuações intensas de preço, como já observado em períodos de correção no setor, e a forte correlação com indicadores econômicos globais. Já os ETFs de metais, apesar de servirem como porto seguro em momentos de crise, podem sofrer retrações quando a aversão ao risco diminui ou quando a liquidez global se ajusta. Portanto, especialistas aconselham equilíbrio e análise cuidadosa do perfil de risco antes de construir uma carteira com forte exposição a esses ativos.

A tendência de diversificação internacional, especialmente nos Estados Unidos, também reflete uma mudança comportamental entre investidores brasileiros, que buscam alternativas além dos mercados domésticos para aumentar o potencial de retorno e mitigar riscos específicos à economia brasileira. Em um cenário de juros mais baixos no Brasil e volatilidade cambial, alocar parte da carteira em títulos e ações no exterior, incluindo tecnologia e ETFs, é visto por muitos como componente estratégico de longo prazo.

Assim, enquanto as techs continuam a atrair capital pelo seu papel catalisador na economia digital, os fundos ligados a metais preciosos oferecem um contrapeso que pode proteger os portfólios em fases de maior incerteza global, consolidando um panorama de investimentos mais amplo e sofisticado para os brasileiros que miram oportunidades além das fronteiras.

CRIME

Thiago Menezes estava na garupa de uma moto que era pilotada por Marcos Vinicius de Sousa Queiroz, quando foi atingido por disparos de fuzil, em uma via de acesso à comunidade Cidade de Deus.

Marcos Vinicius de Sousa Queiroz, auxiliar de pedreiro, sobreviveu com um tiro na mão. Em depoimento no julgamento, ele disse que ambos não estavam armados e que não tinham nenhuma relação com o tráfico de drogas na comunidade.

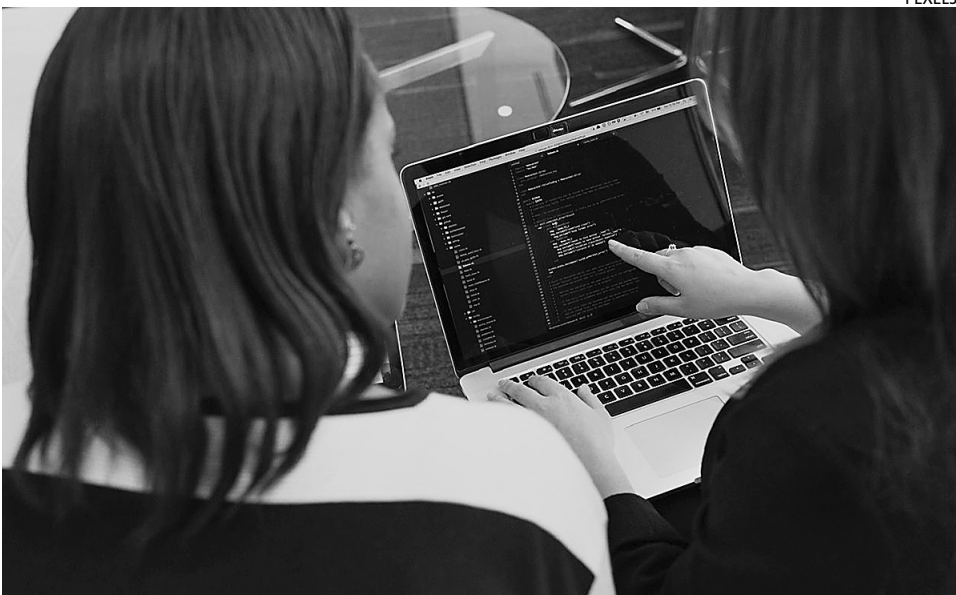
No momento do ataque, os policiais estavam em um carro particular, descaracterizado, e saíram do veículo atirando.

O menino, que sonhava em ser jogador de futebol, foi atingido pelas costas, primeiro, nas pernas, depois, no tronco. Ele não tinha passagem pela polícia e os boletins escolares atestavam mais de 90% de frequência. À época do crime, vá-

Nota

CARNAVAL: SAÚDE REFORÇA VALOR DA DOAÇÃO DE SANGUE PARA MANTER ESTOQUE

Com a proximidade do carnaval, o Ministério da Saúde reforçou a importância da doação voluntária de sangue - inclusive antes do início da folia começar porque, historicamente, os estoques costumam ficar reduzidos e o período figura como um dos mais críticos para os hemocentros. Em nota, o ministério destacou que, para ser um doador, é necessário ter entre 16 e 69 anos (menores de idade precisam de autorização); pesar pelo menos 50 quilos e estar bem de saúde. Acrescentou que “o sangue é essencial para os atendimentos de sangramentos agudos em casos de urgência e emergência, realização de cirurgias de grande porte e tratamento de doenças crônicas que frequentemente demandam transfusões sanguíneas, além de ser usado para a produção de medicamentos essenciais derivados do plasma”. Em 2024, o Brasil registrou 3,31 milhões de coletas de doação de sangue. Em 2025, o total foi de 2,71 milhões (dados preliminares, de janeiro a outubro).



HOMICÍDIO DOLOSO

Ministério Público denuncia ex-piloto Pedro Turra

LEONARDO SIQUEIRA/AE

O Ministério Público do Distrito Federal denunciou o ex-piloto Pedro Turra, de 19 anos, por homicídio doloso. O órgão argumenta que o ex-piloto agrediu violentamente Rodrigo Castanheira, de 16 anos, com golpes que causaram a morte do adolescente 16 dias depois do ocorrido, "agindo de forma livre e consciente, assumindo o risco de causar o resultado morte". A defesa de Turra não quis se manifestar sobre o caso.

Na denúncia, a que o Estado teve acesso, consta que o "crime foi cometido por motivo fútil, consistente em uma discussão banal iniciada por um cuspe desferido pelo denunciado" em Vicente Pires, no Distrito Federal.

Ainda segundo a acusação, no celular do denunciado foi obtido um áudio que ele teria enviado para a namorada, em que afirma que pessoas estão querendo bater em um amigo, que também seria piloto e colega de Rodrigo. Ao final da mensagem, Turra afirma: "vamos pegar eles". Para o Ministério Público, a comunicação demonstra a intenção do denunciado de se dirigir ao local onde ocorreu a agressão.

PREVIDÊNCIA

Galvão é nomeado relator de projeto que inclui pós-graduandos

VICTOR OHANA/AE

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), designou o deputado Ricardo Galvão (Rede-SP) relator de um projeto que inclui bolsistas de pós-graduação na lista de segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social. A oficialização da escolha ocorreu na segunda-feira passada. Membro da Academia Brasileira de Ciências, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e doutor em Física, Galvão foi nomeado relator do PL 6894/2013, do ex-deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), que vincula bolsistas de iniciação científica para ensino superior e médio, estudantes de escolas técnicas federais e prestadores de serviço militar obrigatório à Previdência.

Em outubro de 2025, a Câmara aprovou o regime de urgência para um projeto similar que está anexado ao texto, de autoria de Alice Portugal (PCdoB-BA). A proposta inclui na lei da Seguridade Social, como segurados obrigatórios, "o brasileiro maior de 16 anos de idade que se dedique em tempo integral à pesquisa e que seja estudante de mestrado ou doutorado no país, recebendo bolsa de estudo, pesquisa e congêneres, sem remuneração".

De acordo com o texto, considerará-se bolsa de estudo e pesquisa "o valor recebido, pelo mestrando ou doutorando, concedida por agências de fomento, órgãos governamentais ou instituições de ensino superior, ainda que por meio de fundação de apoio, para proceder a estudos ou pesquisas e

Para contextualizar os fatos, a promotoria argumenta que a festa onde a vítima estava havia terminado e os participantes precisaram ir até a via pública em frente ao condomínio por conta do barulho. Em seguida, iniciou-se o desentendimento entre Pedro Turra e Rodrigo, em razão de um cuspe desferido pelo denunciado, que tem 1,92 metro de altura. "Pedro é maior de idade e possui compleição física mais avantajada do que Rodrigo", diz o documento.

A denúncia narra que Pedro Turra desceu do automóvel em que se encontrava e passou a desferir sucessivos socos na cabeça de Rodrigo. Na sequência de um desses golpes, a vítima foi projetada contra um automóvel, batendo a cabeça.

O documento cita ainda que, no cumprimento do mandado de busca e apreensão, foram encontrados uma faca e um soco inglês vinculados a Turra.

O ex-piloto está preso desde o dia 30 de janeiro. ontem, a 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) julgará um pedido de habeas corpus da defesa de Turra

desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o concedente da bolsa, nem importem contraprestação de serviços".

O projeto diz que caberá ao concedente das bolsas de estudo ou de pesquisa a retenção e o recolhimento das contribuições previdenciárias dos segurados. Além disso, há uma previsão de prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo nos casos de maternidade e de adoção.

A justificativa diz que "apesar da relevância de suas atividades e do tempo e dinheiro investidos na formação desses quadros de alto nível, os bolsistas não se encontram cobertos pelo sistema de previdência nacional, tendo em muitos casos de abandonar seus projetos, pesquisas ou estudos em razão de infortúnio, tais como incapacidade temporária e, no caso das bolsistas do gênero feminino, em razão da maternidade".

A autora do projeto também argumenta que "o tempo de dedicação ao desenvolvimento nacional não é contabilizado para seu tempo de aposentadoria" e que esse direito já foi concedido aos residentes em saúde. A proposta também afirma que, para terem esse enquadramento, os bolsistas devem receber bolsa em valor igual ou superior ao salário mínimo.

Em nota, a Associação Nacional de PósGraduandos (ANPG) celebrou o avanço do projeto e a nomeação de Galvão para a relatoria. "A medida representa um passo histórico rumo à justiça social para quem é responsável por cerca de 90% da produção científica no Brasil", diz a entidade.

ITÁLIA

Justiça conclui julgamento sobre extradição de Zambelli

A Justiça italiana concluiu ontem, o julgamento sobre a extradição da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), presa em Roma, na Itália. A análise do caso ocorreu na Corte de Apelação de Roma. O resultado sairá nas próximas semanas.

O julgamento não encerra o processo. Após a divulgação do resultado, a defesa de Zambelli ainda poderá recorrer à Corte de Cassação, instância mais alta do Judiciário italiano.

MEIO AMBIENTE

Alertas de desmatamento caem 35% na Amazônia e 6% no Cerrado

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

As áreas sob alerta de desmatamento registraram queda expressiva na Amazônia Legal e no Cerrado entre agosto de 2025 e janeiro deste ano, segundo dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Os alertas na Amazônia somaram 1.324 km², redução de 35% em relação ao período anterior, quando foram identificados 2.050 km². No Cerrado, os alertas totalizaram 1.905 km², frente a 2.025 km². Queda de 6%.

Os números foram divulgados nesta quinta-feira (12), após a 6ª reunião ordinária da Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Combate ao Desmatamento, realizada no Palácio do Planalto. Reativado em 2023, o colegiado reúne 19 ministérios, sob a presidência da Casa Civil.

Os indicadores de degradação florestal na Amazônia apon-

Após essa fase, o Ministério da Justiça da Itália decidirá se autoriza a extradição.

Condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Zambelli teve sua extradição pedida à Itália após ter deixado o Brasil, o que levou à sua prisão pela polícia italiana. Agora, porém, cabe às autoridades judiciais do país europeu abrir e concluir o procedimento que definirá se a extradição será ou não autorizada, especialmente porque a ex-parlamentar também possui cida-

dam recuo de 44.555 km² para 2.923 km², uma diminuição de 93%.

O Deter opera como sistema de alertas diários voltado ao apoio das ações de fiscalização ambiental. Ele se diferencia do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), também do Inpe, que mede a taxa anual consolidada de desmatamento.

De acordo com o Prodes, na comparação entre 2022 e 2025, o desmatamento acumulou queda de 50% na Amazônia e de 32,3% no Cerrado.

"Há uma expectativa de chegarmos em 2026 à menor taxa de desmatamento da série histórica na Amazônia se continuarmos com esses esforços", disse a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

A ministra destacou ainda que os resultados refletem políticas públicas baseadas em dados científicos e reforçou que o desempenho ambiental não comprometeu o crescimento

dania italiana.

Segundo apuração do Estado junto a investigadores, Zambelli foi localizada pelo adi-do da Polícia Federal em Roma, que atua na embaixada brasileira, em conjunto com autoridades italianas. A prisão ocorreu no mesmo dia da publicação de Bonelli. Desde então, a ex-deputada permanece detida na capital italiana.

No Brasil, Zambelli foi condenada duas vezes pelo STF. Na primeira ação, recebeu pena de dez

econômico.

"O desmatamento caiu e o agronegócio continua crescendo, abrimos 500 novos mercados para a agricultura brasileira, fechamos o acordo com da União Europeia com o Mercosul numa demonstração de que políticas públicas consistentes, bem desenhadas e implementadas dão bons resultados", ressaltou Marina.

A situação é diferente no Pantanal, bioma em que os alertas de desmatamento apresentaram crescimento de 45,5% entre agosto de 2025 e janeiro deste ano, de 202 km² para 294 km². Apesar da alta recente, na comparação entre 2023 e 2024 houve queda de 65,2%.

FISCALIZAÇÃO

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o fortalecimento das ações de controle aparece como um dos principais fatores para a redução dos alertas. Nesse sentido, a pasta indica que, na comparação com 2022, as ações

INTERFARMA

Alckmin diz que é contrário à quebra de patente de remédios

CÍCERO COTRIM/AE

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin (**foto**), disse ontem que a sua pasta tem posição contrária ao projeto de lei para quebrar a patente de medicamentos como o Mounjaro em tramitação no Congresso Nacional. Ele fez a declaração após uma reunião com o presidente-executivo da Interfarma, uma associação da indústria farmacêutica.

Na última segunda-feira, a Câmara dos Deputados aprovou um requerimento de regime de urgência para votar um Projeto de Lei que quebraria as

patentes de remédios como o Ozempic e o Mounjaro, conhecidos como canetinhas emagrecedoras. Na prática, o texto vai poder ser votado diretamente no plenário.

"A nossa posição é contrária, porque nós precisamos de inovação, nós precisamos de previsibilidade, nós precisamos de investimentos", disse Alckmin, após a reunião com a Interfarma. "Quando você quebra a patente, você está levando a uma insegurança jurídica, imprevisibilidade, e isso afasta investimento."

O vice-presidente também disse que o MDIC é contrário a qualquer projeto que prorrogue as patentes.

JUDICIÁRIO

Deputada reúne assinaturas para PEC que cria ‘código’

VANESSA ARAUJO/AE

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) está colhendo assinaturas para que comece a tramitar na Câmara uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna obrigatória a adoção de um código de conduta e de integridade no Judiciário brasileiro, incluindo os ministros do Supre-

mo Tribunal Federal (STF) e outros tribunais superiores.

Para que a proposta avance à fase de tramitação, são necessárias 171 assinaturas de deputados federais. Segundo a assessoria da parlamentar, 46 apoios já foram obtidos até o momento.

A PEC acrescenta o artigo 93-A à Constituição e altera os artigos 103-B e 130-A, determinando que

o STF institua um código próprio aplicável a seus membros, inclusive com regras voltadas a ex-integrantes da Corte. O texto também prevê que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) elaborem normas semelhantes para magistrados e membros do Ministério Público em todo o País.

Entre os princípios mínimos

anos de prisão por invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsidade ideológica, em conluio com o hacker Walter Delgatti Neto. Ele afirmou ter sido contratado por ela para inserir documentos falsos no sistema do CNJ, incluindo um falso mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes.

Após essa condenação, Zambelli deixou o País e acabou presa na Itália em operação conjunta da Polícia Federal com autoridades locais.

de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) cresceram 59%.

As operações do ICMBio aumentaram 24%, áreas embargadas subiram 51% (Ibama) e 44% (ICMBio), o número de operações de fiscalização ambiental na Amazônia avançou quase 148%, enquanto as ocorrências registradas passaram de 932 para 1.754. Também houve aumento relevante nas apreensões de minérios (170%) e de madeira (65%).

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, ressaltou o papel do monitoramento científico. "Toda a nossa cadeia de infraestrutura tecnológica nos dá a precisão necessária para subsidiar as políticas públicas de forma assertiva, provando que não há preservação sem investimento em conhecimento. Estamos mostrando ao mundo que o Brasil não apenas monitora seus biomas, mas utiliza a ciência como ferramenta de cuidado e soberania".



PAULO PINTO/ABRASIL

previstos estão a obrigação de preservar a "percepção social de imparcialidade, integridade, honestidade e boa reputação" do tribunal; a regulamentação da participação de ministros em eventos públicos e privados; a exigência de declaração de remuneração ou benefícios recebidos em atividades externas; e regras de impedimento em processos que envolvam interesse de parentes até o terceiro grau. Na justificativa, a proposta sustenta que, como não cabe a um Poder impor regras internas a outro, a Constituição deve estabelecer diretrizes para que o próprio Supremo e os conselhos de controle adotem seus respectivos códigos

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

STF

Toffoli deixa caso Master após acordo com ministros

CAROLINA BRÍGIDO/AE

O ministro Dias Toffoli decidiu deixar a relatoria das investigações sobre fraudes no Banco Master. A decisão foi anunciada pelo Supremo Tribunal Federal após reunião dos dez ministros da Corte.

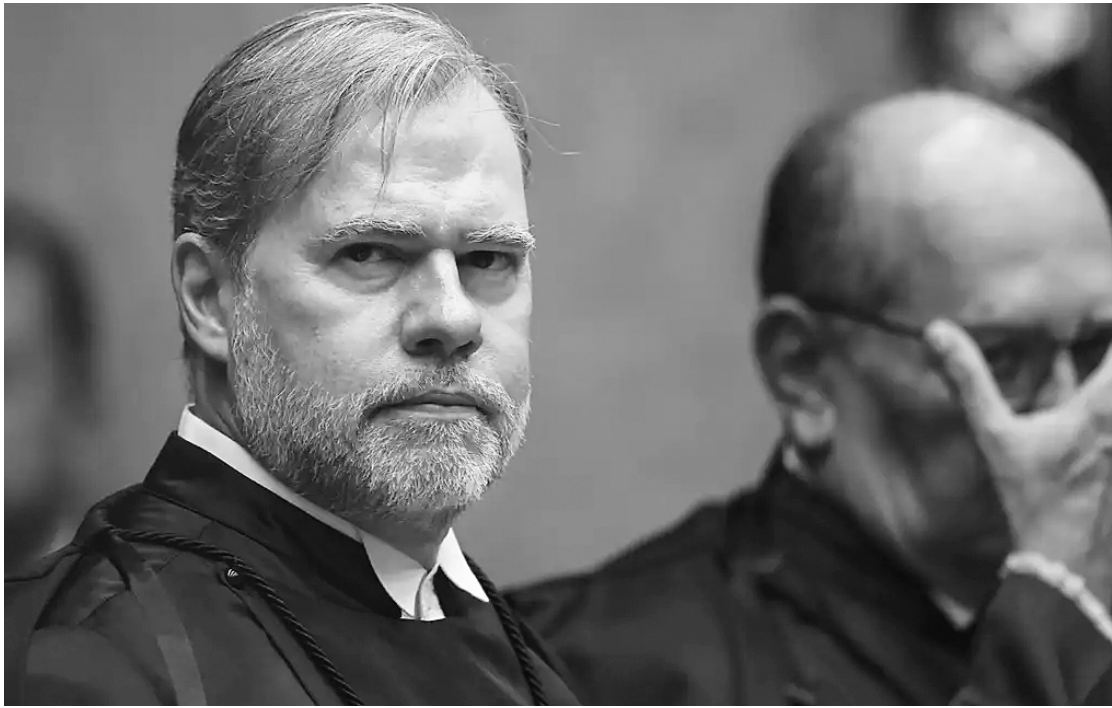
Em nota assinada por todos os magistrados do tribunal, o STF informou que não há suspeição ou impedimento de Toffoli, e que ele atendeu a todos os pedidos formulados pela Polícia Federal e pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Ao final da reunião dos ministros, perguntado do clima do encontro, Toffoli respondeu: "Excelente. Tudo unânime".

O texto da nota informa que o ministro abriu mão da relatoria sem especificar o motivo. A nota ressalta apenas "o bom andamento dos processos" e "os altos interesses institucionais". Um novo relator do processo sobre a instituição de Daniel Vercaro será escolhido por sorteio.

A decisão foi anunciada como aprovada pela unanimidade da corte. Na nota, eles ainda consideram que todos os atos assinados por Toffoli na relatoria do caso Master são válidos.

Mesmo que a conduta de Toffoli na condução do caso, tenha gerado incômodo a integrantes do Supremo, a nota faz uma defesa do magistrado. "(Os ministros) expressam, neste ato, apoio pessoal ao Exmo. Min. Dias Toffoli, respeitando a dignidade de Sua Excelência, bem como a inexistência de suspeição ou de impedimento. Anote-se que Sua Excelência atendeu a todos os pedidos formulados pela Polícia Federal e Procuradoria Geral da República", diz o texto.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

A reunião com os ministros do STF foi anunciada no início da sessão do plenário ontem. O presidente da Corte avisou que encerraria mais cedo as deliberações para que os ministros pudessem tratar do tema.

Fachin entregou a cada ministro uma cópia do relatório da Polícia Federal que cita Toffoli no caso Master. A PF enviou ao tribunal documento em que lista menções ao ministro do celular de Daniel Vercaro e também conversas entre o magistrado e o banqueiro.

No documento, a PF havia indicado que o conteúdo dos registros poderiam levar à suspeição de Toffoli para manter a relatoria no caso Master. A PF não chegou a fazer o pedido formal de afastamento do caso, mas citou artigos da lei da magistratura que falam em indícios de crime e também o regimento do

STF no trecho que tratam da suspeição de magistrado.

Ao receber o documento da PF, Edson Fachin considerou a petição como um pedido de suspeição de Toffoli e o relatório foi protocolado no sistema de processos do STF como uma ação autônoma.

Em nota divulgada na noite de quarta-feira, o gabinete de Dias Toffoli anunciou que a Polícia Federal apresentara um pedido de declaração de suspeição para afastar o ministro do caso.

Para Toffoli, o pedido da PF está baseado em "ilações". O gabinete acrescentou que, "juridicamente, a instituição não tem legitimidade para o pedido, por não ser parte no processo, nos termos do artigo 145, do Código de Processo Civil". A nota também diz que a resposta de Toffoli será enviada ao presidente do STF. Já a defesa do banqueiro reclamou do

que chamou de "vazamento seletivo de informações".

Nesta quinta-feira, Toffoli divulgou uma nova nota. Dessa vez tratou do tema que mais o vínculo diretamente ao Master. O ministro admitiu que é sócio anônimo de uma "empresa familiar". A Maridt detinha cotas do resort Tayayá, no interior do Paraná, e é administrada pelos irmãos do magistrado.

A Maridt vendeu suas cotas a fundo gerido por parte de Daniel Vercaro. Toffoli admitiu a transação, mas negou saber quem eram os operadores do fundo e ainda sustentou que não tem relação de amizade com o banqueiro.

Por conta da venda das cotas no Tayayá, Toffoli recebeu dinheiro da transação. Na nota oficial, o ministro fala em divendos que ele teria declarado à Receita Federal.

pedimento do ministro.

REUNIÃO

Durante reunião, que durou cerca de três horas, os ministros tomaram ciência do relatório da PF que mostra menções a Toffoli no celular de Vercaro.

Os ministros também ouviram a defesa de Toffoli, que pediu para continuar na relatoria do caso. Contudo, diante da pressão pública para deixar o caso, o ministro aceitou deixar o comando do processo.

GENIAL/QUAEST

82% defendem código de ética para ministros do STF

VANESSA ARAUJO/AE

A maioria dos brasileiros avalia que o Supremo Tribunal Federal (STF) deveria adotar um código de ética e conduta específico para seus ministros. Pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem, aponta que 82% concordam com a necessidade de formalização de regras para os integrantes da Corte.

Segundo o levantamento, 10% discordam da proposta. Já 1% afirma não concordar nem discordar, enquanto 7% disseram não saber ou preferiram não responder.

A pergunta feita aos entrevistados foi direta: "O STF precisa de um código de ética e conduta para os ministros?"

O apoio é majoritário em todos os recortes analisados. Regionalmente, a concordância varia de 76% no Nordeste a 86% no Sul. No Sudeste, chega a 84%, enquanto no Centro-Oeste/Norte marca 79%.

Por faixa etária, o índice é maior entre jovens de 16 a 34 anos (85%) e cai para 74% entre os que têm 60 anos ou mais. Entre homens, 84% defendem a adoção do código; entre mulheres, 79%.

O apoio também atravessa divisões políticas. Entre eleitores que votaram no ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno de 2022, 88% concordam com a necessidade de um código. Entre os que votaram no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o percentual é de 76%. No recorte por posicionamento ideológico, a concordância vai de 74% entre lulistas a 92% entre os que se declaram de direita não bolsonarista.

Entre os que aprovam o governo Lula, 76% defendem a

medida; entre os que desaprovam, o índice sobe para 87%.

A pesquisa foi encomendada pela Genial Investimentos e ouviu 2 004 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 5 e 9 de fevereiro A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

CASO BANCO MASTER

A divulgação da pesquisa ocorre em meio à repercussão do caso Banco Master, que colocou sob escrutínio a atuação dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

Nesta quinta-feira, Toffoli, que é relator do caso na Corte, confirmou, em nota, integrar o quadro societário da empresa Maridt, que foi sócia do resort Tayayá, no Paraná. A Maridt vendeu, em 2021, participação no empreendimento a um fundo ligado ao banqueiro Daniel Vercaro, acusado de liderar esquema de fraude analisado em processo sob relatoria do próprio ministro. Toffoli afirma que não mantém relação de amizade com Vercaro nem recebeu valores do empresário.

A declaração foi feita em nota divulgada após a Polícia Federal (PF) pedir, na quarta-feira, a suspeição do ministro no caso envolvendo o Master, depois de encontrar menções ao nome do magistrado no celular de Vercaro.

Além de citações ao nome de Toffoli em mensagens localizadas no aparelho de Vercaro, a PF também identificou conversas entre o banqueiro e o ministro. A informação foi noticiada pelo site *UOL* e confirmada ao Estadão por pessoas com acesso aos resultados da investigação.

MORDOMIA VETADA

Moraes nega pedido de Braga Netto para ter TV a cabo na prisão

VANESSA ARAUJO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou o pedido da defesa do general Walter Braga Netto para ter acesso a TV a cabo na cela onde cumpre pena no Comando da 1ª Divisão de Exército, em Brasília. A decisão é de terça-feira passada.

Condenado a 26 anos de prisão por participação no plano de golpe de Estado após as eleições de 2022, o ex-ministro da Casa Civil do governo Jair Bolsonaro (PL) solicitou, além da autorização para visitas e matrícula em curso superior, a instalação do serviço de televisão por assinatura na unidade militar onde está custodiado.

Ao analisar a petição, Moraes afirmou que a Lei de Execução Penal garante ao preso direitos compatíveis com a privação de liberdade, mas ressaltou que eles não são absolutos. "Não há qualquer previsão legal que assegure ao preso o direito à posse ou instalação de equipamentos eletrônicos, como no caso de TV a cabo", escreveu o ministro ao indeferir ao pedido.

Moraes também determinou que os advogados informem, em cinco dias, qual curso superior Braga Netto pretende cursar na modalidade a distância para eventual remição de pena.

"O apenado manifestou interesse na remição da pena pelo estudo, requerendo autorização para matrícula em curso a ser realizado na Facul-

dade Estácio, na modalidade a distância. No entanto, em que pese a defesa ter apresentado a relação de cursos disponíveis, deixou de indicar qual o curso escolhido pelo apenado entre aqueles elencados, sendo a indicação do curso necessária à análise do pedido", disse.

Segundo a Lei de Execução Penal, um preso pode remir um dia da pena a cada 12 horas de estudo.

Na mesma decisão, o relator autorizou visitas previamente indicadas pela defesa, todas das 14h às 16h: na quinta-feira, 12, do senador e ex-vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos-RS); no domingo, 15, de Alexandre Chaves Faria e Ione Souza Braga Chaves Faria; na terça-feira, 17, de Sérgio Borges Meireiros da Silva e Flávio Murillo Barbosa do Nascimento; na quinta-feira, 19, de Eduardo José Barbosa e João Batista Souza dos Santos; e no domingo, 22, de Eduardo Scallizilli Pantoja

Walter Braga Netto foi condenado a 26 anos de prisão em regime fechado, pelos crimes de crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Ele já estava preso desde dezembro de 2024, acusado de obstruir a investigação sobre a tentativa de golpe para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi escolhido ontem novo relator do inquérito que trata das fraudes do Banco Master na Corte.

A escolha do ministro foi feita de forma eletrônica após Dias Toffoli pedir para deixar a relatoria do caso, depois de a Polícia Federal (PF) ter informado ao presidente da Corte, Edson Fachin, que há menções a Toffoli em mensagens encontradas no

celular do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master, que teve o aparelho apreendido durante busca e apreensão.

A menção está em segredo de Justiça.

A partir de agora, os próximos passos da investigação serão comandados por Mendonça, que também é relator do inquérito que trata dos descontos indevidos de mensalidades associativas nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro So-

cial (INSS).

Mais cedo, Toffoli, que estava à frente do caso Master desde novembro do ano passado, pediu para deixar a relatoria após uma reunião convocada pelo presidente da Corte, Edson Fachin, para dar ciência aos demais membros da Corte do relatório da PF.

SAÍDA DE TOFFOLI

Em nota oficial, os membros da Corte demonstraram apoio a Toffoli e afirmaram que não há motivos para suspeição ou im-

nunca praticou nenhum crime dos que lhe foram imputados de forma abusiva."

De acordo com a decisão judicial, embora haja indícios de autoria e materialidade dos crimes investigados, o acusado é primário e já foram colhidos os principais depoimentos do processo, restando apenas a juntada de laudo pericial. O entendimento foi de que, neste momento, não seria razoável manter o encarceramento provisório, sendo possível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão.

Entre as medidas impostas estão o comparecimento mensal em juízo, proibição de deixar a comarca sem autorização, recolhimento domiciliar noturno (entre 22hs e 6hs) e nos dias de folga, uso de tornozeleira eletrônica, retenção do passaporte, proibição de sair do país e pagamento de

fiança fixada em R\$ 50 mil.

A decisão também prevê que o descumprimento das determinações poderá resultar em novo decreto de prisão.

"É bem verdade que o acusado teve a prisão preventiva decretada por haver indícios de que empreenderia fuga", anotou a juíza Amanda Eiko Sato. "Contudo, o Código de Processo Penal contempla medidas cautelares adequadas a assegurar a aplicação da lei penal, em caso de condenação. Diante desse contexto, entendendo viável evitar, ao menos por ora, a segregação cautelar, afigurando-se adequadas ao caso concreto (gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do/a agente), as medidas do artigo 319, do Código de Processo Penal."

A juíza observou que as medidas diversas da prisão, 'aplicá-

CRIME SEM CASTIGO

Juíza de SP solta e põe tornozeleira em influencer suspeito de fraude milionária

FELIPE DE PAULA/AE

A Justiça de São Paulo revogou ontem, a prisão preventiva do influencer e empresário Gabriel Spalone Alves, investigado por suposta participação em esquema de desvio de aproximadamente R\$ 146 milhões por meio de fraudes no sistema Pix. A decisão foi dada pela juíza Amanda Eiko Sato, da 25.ª Vara Criminal.

Segundo o advogado criminalista Eduardo Maurício, que defende o empresário, a revogação da prisão representa o restabelecimento da legalidade. "Hoje foi feita justiça. Spalone estava detido ilegalmente há dois meses, em evidente constrangimento ilegal. A revogação da sua prisão preventiva é nada mais que o cumprimento da lei, sendo certo que agora ficará comprovada a sua inocência, já que

PORTUGAL

Chuvas provocam desabamento e interditam rodovia

Um trecho da Rodovia A1, que conecta Lisboa à Porto, foi afetado por um desabamento na região de Coimbra devido às fortes chuvas que atingem Portugal. O incidente ocorreu na quarta-feira passada, após danos registrados em um dique do rio Mondego, que provocaram erosão na estrutura.

De acordo com informações divulgadas pela Proteção Civil e pela imprensa portuguesa, o problema foi identificado na altura do quilômetro 191,2, na zona de Casais. O aumento do volume do rio teria comprometido a margem direita do canal, intensificando a

pressão da água sobre a base de um viaduto e causando a queda parcial da pista.

Antes mesmo do colapso, as autoridades já haviam interditado preventivamente a circulação entre os acessos de Coimbra Sul e Coimbra Norte. A rodovia foi bloqueada nos dois sentidos, enquanto equipes técnicas avaliam os danos e analisam a estabilidade da área para evitar novos incidentes.

Até a publicação desta matéria não havia informações sobre feridos. Também não foi divulgada previsão para a liberação do tráfego no local.

UNIÃO EUROPEIA

Líderes se reúnem para combater a pressão da Rússia, China e Trump

Líderes de toda a União Europeia (UE) se reuniram ontem, em um castelo belga, enquanto o bloco de 27 nações enfrenta o antagonismo do presidente dos EUA, Donald Trump, táticas econômicas agressivas da China e ameaças híbridas da Rússia - desafios que levaram a uma reconsideração da abordagem europeia em relação à diplomacia e ao comércio.

"Todos sabemos que precisamos mudar de rumo, e todos sabemos a direção", disse o primeiro-ministro belga, Bart De Wever (**foto**), em uma reunião com alguns líderes europeus na quarta-feira passada. "No entanto, às vezes parece que estamos na ponte de comando do navio, olhando para o horizonte sem poder tocar no leme".

Existem visões divergentes sobre como a UE deve lidar com estes tempos conturbados. A reunião desta quinta-feira tem como objetivo definir propostas para outra cúpula no final de março.

Antes de atravessarem a ponte levadiça em direção ao castelo de Alden Biesen, do século XVI, os líderes disseram aos repórteres que estavam focados na competitividade e na



WIKIPÉDIA

segurança econômica

"Precisamos manter nossa política comercial proativa e proteger nossas empresas da concorrência desleal e da coerção econômica", disse o presidente do Conselho Europeu, António Costa, pouco antes do início da reunião. Ele destacou os custos da energia e a necessidade de reduzir as barreiras burocráticas ao comércio.

TAILÂNDIA

Menor toma arma de policial, ataca estudantes e mata diretor

Uma pessoa morreu e outras duas ficaram feridas após um adolescente de 17 anos realizar um ataque a tiros dentro de uma escola pública na Tailândia na quarta-feira passada. O jovem tomou a arma de um policial que havia ido à unidade de ensino em resposta a um chamado para contê-lo. Após confronto com a polícia, o atirador, que manteve estudantes e professores reféns por cerca de duas horas, foi preso.

O crime aconteceu na Escola Patong Prathankiriwat no final da tarde, pouco depois do encerramento das aulas. O diretor da escola, que ficou gravemente ferido durante o ataque, morreu em um hospital na madrugada de ontem.

Um estudante também foi atingido por disparos de arma de fogo, mas sobreviveu; outro aluno ficou ferido ao pular do prédio da escola para fugir do local.

O suspeito foi identificado por autoridades locais como um jovem com histórico de abuso de drogas e problemas

de saúde mental. A polícia foi inicialmente chamada à escola para lidar com o rapaz que estava "causando distúrbios", mas ele atacou e roubou a arma de um policial antes dos oficiais conseguirem entrar na escola.

MOTIVO DO ATAQUE

Episódios de violência armada na Tailândia não são comuns. Apesar do país ter uma das maiores taxas de posse de armas e mortes relacionadas a armas de fogo na Ásia, tiroteios são raros no país.

Em outubro de 2022, um sargento da polícia que foi demitido matou 36 pessoas, entre elas cerca de 20 crianças, em uma creche na cidade de Uthai Sawan, no nordeste do país.

Em fevereiro de 2020, um soldado realizou um ataque a tiros na cidade de Nakhon Ratchasima, no nordeste do país, matando 29 pessoas e ferindo dezenas de outras, antes de ser morto a tiros pela polícia após um cerco que durou a noite toda em um shopping center da região.

ESCÂNDALO MUNDIAL

Documentos mostram que Epstein tem CPF no Brasil

GEOVANNA HORA/AE

Um dos arquivos das investigações do caso de Jeffrey Epstein, divulgado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, mostra que o financista tinha registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Brasil.

O material está disponível na Biblioteca Epstein, que reúne trocas de e-mails, imagens e outros registros relacionadas às investigações dos crimes sexuais pelos quais Epstein foi acusado. Na pasta "Armário de arquivos 2", há uma lista intitulada "Arquivos Diversos I", com uma relação de documentos que pertenciam a Epstein - entre eles, um CPF brasileiro.

Emitido em 23 de abril de 2003, o documento aparece como regular no sistema da Receita Federal do Brasil. Ele contém o nome completo de Epstein e

sua data de nascimento.

Procurada, a Receita Federal disse que informações sobre inscrições no CPF são fornecidas apenas ao titular, representante legal ou procurador, e que as regras gerais estão estabelecidas na Instrução Normativa RFB Nº 2.172, de 9 de janeiro de 2024.

No caso de pessoas físicas de outra nacionalidade ou de procuradores legais, é necessário apresentar um documento original com foto que comprove a nacionalidade e a data de nascimento.

Em relação à situação cadastral, o órgão afirmou que qualquer ato relacionado ao CPF de uma pessoa estrangeira falecida só pode ser solicitado por alguém que pertença a algum destes grupos:

Inventariante, cônjuge, companheiro ou o sucessor a qualquer título, no caso de haver bens a inventariar no Brasil;

ou Cônjuge, companheiro, parente ou beneficiário de pensão previdenciária por morte, caso não haja bens a inventariar no Brasil.

Outro arquivo, que mostra uma troca de e-mails entre Epstein e a empresária alemã Nicole Junkermann - citada em dezenas de mensagens - indica que o financista chegou a considerar pedir a cidadania brasileira.

"O que você acha de tirar a cidadania brasileira?", perguntou Nicole. "Ideia interessante, porém vistos podem ser um problema ao viajar para outros países", respondeu Epstein.

Um dos depoimentos divulgado pelo Departamento de Justiça dos EUA mostra que Epstein esteve no Brasil nos anos 2000. De acordo com a contadora Maritza Vásquez, ele e o francês Jean-Luc Brunel, que era agenciador de modelos, contavam com a ajuda de uma cafetina brasileira para

obter prostitutas, algumas delas menores de idade.

Com o apoio de Epstein, Brunel fundou a agência MC2, que, segundo investigações do FBI, funcionava como fachada para recrutar meninas estrangeiras.

Em 2006, segundo Maritza, ao menos quatro meninas brasileiras foram levadas a Nova York por Brunel. Duas eram menores de idade, com idades entre 15 e 17 anos. Epstein pagava pelos vistos de entrada delas nos EUA, emitidos pela MC2. Elas ficaram em apartamentos que pertenciam ao bilionário, sublocados por Brunel às garotas no valor de US\$ 1 mil, ainda de acordo com a testemunha.

"Jeffrey Epstein estava indo ao Brasil porque ele tinha clientes que eram de lá. Quando ele e Jean-Luc estavam lá, uma mulher fornecia prostitutas a eles e algumas delas eram menores de idade", disse ela ao FBI.

APÓS O CARNAVAL

Itamaraty detalha viagem de Lula à Índia e à Coreia do Sul

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) fará duas visitas oficiais entre os dias 17 e 24 de fevereiro. O primeiro destino será a Índia, até o dia 21. No dia seguinte (22), ele partirá para a Coreia do Sul, retornando ao Brasil no dia 24.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) apresentou ontem os detalhes da viagem presidencial. Entre os assuntos que serão tratados estão minerais críticos e terras raras, elementos relevantes para a transição energética; e segurança no uso da inteligência artificial (IA), tema central de evento previsto para os dias 18 e 19, em Nova Délhi, na Índia.

"Será a primeira vez que um presidente brasileiro participa de um evento global de alto nível sobre IA", informou o diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual do Itamaraty, Eugênio Vargas Garcia.

Garcia explicou que a cúpula de IA discutirá assuntos relacionados a fontes de recursos para a democratização desta tecnologia, bem como seu uso para empoderamento social, inovação e desenvolvimento social.

A expectativa é que o presidente brasileiro discursar no dia 19, durante a plenária de alto nível, após a abertura do evento, que ficará a cargo do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi.

Os dias 20 e 21 serão dedicados à visita de Estado. Esta será a quarta vez que Lula e Modi se encontram. O presidente brasileiro será homenageado com um almoço oferecido pelo presidente indiano, Droupadi Murmu.

Segundo a secretária do Itamaraty para assuntos relacio-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

nados à Ásia e ao Pacífico, embaixadora Susan Kleebank, os dois países assinarão parcerias e memorandos de entendimento sobre terras raras e minerais críticos.

"Será também oportunidade para avançarmos no acordo comercial preferencial entre o Mercosul e a Índia", destacou Susan Kleebank.

Há expectativa de que esses encontros resultem na ampliação do prazo de vistos de turista, dos atuais cinco para dez anos.

São também esperados avanços nas colaborações entre a Embraer e a indiana Adani Defense & Aerospace, uma das empresas que lideram o setor aeroespacial indiano.

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Lula participará ainda da inauguração do escritório da ApexBrasil na Índia. O MRE or-

ganizou um fórum empresarial, no dia 21, que já conta com a participação de mais de 300 empresas brasileiras, de setores como agropecuário, saúde, tecnologia, minérios, alimentos e fármacos.

Ao final da visita, está prevista uma declaração conjunta de Brasil e Índia. Susan Kleebank antecipou alguns dos pontos que já vêm sendo acordados entre os dois países que, segundo ela, têm "posições coincidentes na pauta internacional".

O documento tratará de temas como desafios ao multilateralismo e ao comércio internacional; mudanças no Conselho de Segurança das Nações Unidas; e a situação de Gaza.

COREIA DO SUL

Na sequência, a comitiva presidencial seguirá para a Coreia do Sul. Entre os dias 22 e 24 de

fevereiro, o presidente Lula se reunirá com o presidente sul coreano, Lee Jae Myung, e com CEOs de grandes empresas daquele país.

De acordo com o Itamaraty, o governo brasileiro pretende, com a viagem, ampliar o comércio entre os dois países. Para tanto, foi agendado um fórum empresarial e a assinatura de um plano com previsão de ações a serem implementadas até 2029.

As ações serão voltadas a alavancar negócios em áreas como agricultura, desenvolvimento agrário, aviação, comércio, saúde, cooperação financeira, cosméticos, fármacos, ciência e tecnologia.

Até o momento, mais de 130 empresas se inscreveram para participar do Fórum Empresarial Brasil-Coreia. Lula voltará ao Brasil no dia 24 de fevereiro.

EUA

Relações com Venezuela sob gestão de Delcy são 'extraordinárias', diz Trump

PATRICIA LARA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que as relações entre a Venezuela e o país têm sido, para dizer o mínimo, "extraordinárias".

"Estamos lidando muito bem com a presidente Delcy

Rodríguez e seus representantes. O petróleo está começando a fluir e grandes quantias de dinheiro, não vistas há muitos anos, em breve ajudarão muito o povo da Venezuela", disse Trump em registro no Truth Social.

Trump disse ainda que o em-

presário do setor de energia Harry Sargeant III não tem autoridade, de forma alguma, para agir em nome dos Estados Unidos, assim como ninguém que não seja aprovado pelo Departamento de Estado. O comentário foi uma referência a uma matéria sobre as movimentações do

magnata Sargeant para reativar o setor petrolífero da Venezuela publicada pelo *The Wall Street Journal*.

"Sem essa aprovação, ninguém está autorizado a representar nosso país. Obrigado pela atenção a este assunto!", postou o presidente americano.